

**JUVENTUDE NEGRA: DA MARGINALIZAÇÃO
À EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

*Glauber Klay Carreiro
Fidelis*
Universidade Nova de
Lisboa (UNL). Lisboa–
Portugal.
glauberklay@gmail.com

Isabela Gomes Pereira
Universidade de São Paulo
Cidade (USP) São Paulo–
Brasil.
isabela.pereira1903@gmail.c
om

*Steffany Oliveira de
Vasconcelos*
Universidade Federal de
Juiz de Fora (UFJF)
Juiz de Fora– Brasil.
email@email.com

RESUMO

Este artigo relata parte da experiência vivenciada pelos estudantes no Projeto de Extensão-Grupo de Estudos da Juventude Negra de Governador Valadares, realizado pelo IFMG-GV em parceria com o NEABI e E. E. Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias. O objetivo foi formar um Grupo de Estudos com a juventude negra marginalizada da cidade de Governador Valadares para debater sua vulnerabilidade social e estratégias de emancipação diante desse quadro. A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica, o círculo de cultura e enquete ao público. Os resultados são diversos, pois vários temas foram pesquisados. O tema que nos chamou maior atenção foi sobre Cotas para Negros nas Universidades, pois alguns entrevistados negros sequer tinham conhecimento da existência das cotas, e, muito menos, de seu direito de acesso. Nesse sentido, identificamos na narrativa da juventude negra que esta se encontra alheia à consciência de classe e de raça, e, muitas vezes silenciada, legitimam e naturalizam a desigualdade social. Contudo, a experiência desse projeto nos permitiu entender que o caminho para emancipação não é um ato de “depositar” a crença da emancipação, ou conquistar a confiança dos marginalizados, mas dialogar com eles, para transformar a realidade. Refletir sobre a consciência crítica e emancipação social, é descortinar os processos alienadores, é romper as contradições da relação entre oprimido e opressor, é superar a negação a igualdade e justiça social dos negros na construção de uma sociedade para todos, todas e todes.

Palavras-chave: Juventude Negra, Marginalização, Consciência Crítica, Emancipação.

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em relatar parte da experiência vivenciada pelos estudantes na execução Projeto de Extensão GEJNGV (Grupo de Estudos da Juventude Negra de Governador Valadares) realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais campus Governador Valadares (IFMG-GV), em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e a Escola parceira E. E. Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias. O Grupo de Estudos se fundamentou metodologicamente em revisão bibliográfica, de análises de pesquisas do IBGE (2018), artigos científicos e capítulos de livros; para debater em Círculos de Cultura as

vulnerabilidades dos negros na sociedade com os estudantes da escola parceira. Os principais autores do nosso referencial teórico foram: Paulo Freire, Kabengele Munanga, Nilma Lino, Djamila Ribeiros e outros. Alguns dos temas pesquisados e debatidos no GEJNGV foram: o negro no mercado de trabalho, o feminicídio nas mulheres negras, a redução da maioria penal e as cotas para negros nas universidades, mas neste artigo, nos delimitamos a descrever parte da enquete realizada a respeito do tema das cotas dos negros para universidade.

Nosso objetivo principal foi dialogar exaustivamente sobre a marginalização do negro na sociedade brasileira, e, especificamente, compreender como podemos mudar este quadro de exclusão social da juventude negra em Governador Valadares por meio do Grupo de Estudos que emerge do anseio da própria juventude, a qual se encontra, por vezes, alheia à consciência de classe e de raça, e, até mesmo, impetuosamente silenciada pela naturalização da desigualdade social que a domina e marginaliza.

REFERENCIAL TEÓRICO

A luta de classes desde o Brasil colônia tem sido marcada pela forte opressão contra índios e negros. Segundo Santos (2015), autor do “O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias”, a luta dos trabalhadores brasileiros, em especial da população negra com suas especificidades, têm sido marcada pelos conceitos de raça e classe, utilizados para explorar e oprimir o conjunto da classe trabalhadora.

Em uma retrospectiva histórica, Kambegele Munanga (1990) explana que o negro, alienado e culturalmente desestruturado no período abolicionista, não foi assimilado ao mundo dos brancos, apesar de seus esforços. Dessa forma, a manutenção de tal sistema perpetuou a desigualdade proveitosa ao colono branco, o que provocou a revolta do negro que rompeu parcialmente com a estrutura colonial escravocrata.

A marginalização racial da população negra no Brasil está presente ao longo de nossa história, que teve diferentes formas de discriminação como elemento predominante. Segundo as pesquisadoras Nilma Lino e Ana Mélia (2018, p.3),

(...) diante de dados tão assustadores perguntamos: o que se pode esperar de uma sociedade que expõe os seus jovens a um grau alarmante de violência? Que extermina os seus jovens? E, mais ainda, quando esse extermínio tem como recorte de crueldade o fato de a maioria desses jovens serem homens e negros? As ciências criminais serão capazes de nos ajudar a descriminalizar essa juventude e se contrapor ao seu extermínio? O sistema de justiça consegue, de fato, fazer justiça? A educação se preocupa com essa questão?"

Com a gravidade em que se encontra a juventude negra no nosso país, podemos classificar que a essência de seu problema é já uma busca pela garantia pela existência, ou seja, a reflexão sobre a vulnerabilidade/marginalização e/ou exploração sobre a juventude negra é, sobretudo, uma reflexão sobre a vida da juventude negra.

Em resposta à última pergunta das pesquisadoras Nilma Lino e Ana Mélia (2018), dizemos sim, e esta foi a razão de existência do GEJNGV: promover um debate dentro da educação, na tentativa de educar e reeducar as práticas sociais que irrefletidamente produzem a exclusão social dos jovens negros.

Segundo o IBGE (2018) na educação, no que tange à taxa de analfabetismo, 3,95% são brancos e 9,1% são pretos e pardos. Na representação política, para deputados federais eleitos em 2018, temos 75,6% brancos e 24,4% pretos e pardos.

Diante desses dados, percebe-se que o cenário nacional brasileiro representa o cenário da desigualdade, da marginalização, já que os negros (pretos e pardos) são majoritariamente os mais vulneráveis em nossa sociedade. Tais índices afetam diretamente a reflexão da presença dos negros nos espaços sociais, das condições de estarem presentes ou não, e, sobretudo, como são tratados nesses espaços.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, o círculo de cultura (debate de textos acadêmicos sobre a temática do trabalho), e enquete ao público de bairros marginalizados e no centro da cidade de Governador Valadares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando entender essa realidade da marginalização do negro em nossa

cidade, a partir do “olhar” da própria sociedade sobre as condições sociais desse grupo, o GEJNGV produziu uma enquete com 107 pessoas com um questionário de 5 questões para cada entrevistado, que soma um total de 535 respostas de questionário (aberto e fechado) sobre temas envoltos ao projeto, como: políticas de cotas raciais nas universidades, o negro no mercado de trabalho, a redução da maioridade penal e o feminicídio. Essa enquete foi aplicada na cidade de Governador Valadares com indivíduos na faixa etária entre 15 a 70 anos, em quatro bairros da cidade, dois bairros mais favorecidos socialmente, Centro e Belvedere, e em dois bairros menos favorecidos socialmente, Atalaia e Azteca.

As enquetes apresentaram os seguintes dados sobre o tema de Cotas para Negros na Universidade: a maioria dos negros dos bairros periféricos é contra, outros desconhecem essa política, nenhum branco a favor. No centro da cidade e em bairro de classe alta, a maioria dos negros é a favor e os brancos contra.

Quanto à enquete das políticas de cotas raciais nas universidades, ao questionarmos as pessoas, foi perceptível que a maioria não sabia do que se tratavam, algumas inclusive, nunca tinham ouvido nada a respeito. No geral, os moradores e trabalhadores do Centro e do bairro Belvedere eram os que estavam mais informados a respeito desse tema. Das nove pessoas que se autodeclararam brancas (tanto dos bairros menos favorecidos quanto nos bairros mais favorecidos) nenhuma delas se mostrou favorável à política de cotas raciais.

Percebemos ainda que sete pessoas desse grupo não tinham conhecimento da finalidade da criação da política de cotas raciais. São vários os motivos que levam as pessoas desse grupo a desacreditarem totalmente dessa ação afirmativa. Um dos motivos, é o sentimento de estar sendo prejudicado por não ser abrangido por uma política e associação ideológica partidária, nas palavras de um entrevistado: “Isso é cria do PT”. Já dos 20 autodeclarados negros (tanto dos bairros menos favorecidos quanto dos bairros mais favorecidos), metade se mostrou favorável à política e os 10 restantes contrários. Os moradores dos bairros Atalaia e Azteca que disseram não conhecer essa ação afirmativa se mostraram contrários a essa política, mesmo após uma breve explicação.

Já os dez negros favoráveis afirmaram ser uma ação necessária, pois é uma reparação histórica e que, além disso, mostra-se eficiente, já que o número de negros nas universidades vem aumentando, como demonstra o IBGE de 2018, ademais que o

número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou, pela primeira vez, o de brancos. Em 2018, esse grupo passou a representar 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública, segundo a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, publicada pelo IBGE. Embora representem hoje mais da metade dos estudantes nas universidades federais, esse grupo ainda permanece sub-representado já que corresponde hoje a 55,8% da população brasileira. O levantamento revela ainda que a população negra e parda está melhorando seus índices educacionais, tanto de acesso como permanência, mas ainda é desigual. O abandono escolar diminuiu de 30,8%, em 2016, para 28,8%, em 2018. Entre a população preta ou parda de 18 a 24 anos que estudava, o percentual cursando ensino superior aumentou de 50,5%, em 2016, para 55,6% em 2018. Apesar do avanço, o percentual ficou bem abaixo do alcançado pelos brancos na mesma faixa etária, que é de 78,8%.

Parte dos entrevistados de nossa enquete atribui um sentimento de gratidão já que através dessas ações afirmativas, pessoas próximas delas conquistaram seu espaço no ensino superior. Os demais revelam certa indignação por acreditarem não ser uma política eficiente, mas sim segregada, que desenvolve ainda mais a divisão entre brancos e negros, bem como: o racismo.

Ficamos surpresos em verificar que um direito conquistado com muita luta, receba tantas críticas não fundamentadas, exatamente pelos que são amparados pelas ações afirmativas, e que desconhecem até sua existência. E nos questionamos: por que as pessoas tendem a serem contrárias às cotas raciais, sem saber exatamente o que são e como funcionam? A quem (classe) interessa o impedimento da existência das cotas? A resposta para essa pergunta pode ser encontrada em seu próprio questionamento. O sentimento de rejeição pode ser explicado justamente pelo não entendimento dessa política, ou pelo escamotear do interesse de uma determinada classe social que deseja se manter exclusiva no poder.

A falta de informação, e/ou a informação deturpada, ideológica e/ou falseada, pode levar as pessoas a agirem contra os seus próprios interesses e contra os direitos que as levariam à ascensão social. Para a classe dominante é interessante alimentar esse sentimento de rejeição, pois as práticas emancipatórias podem ser conflituosas, questionadoras e libertadoras, por isso, o primeiro passo, para acabar com as cotas raciais é fazer com que a população a rejeite, principalmente os próprios negros, que

são os envolvidos diretamente nesta transformação. Portanto, extinguir, rejeitar ou resistir às políticas de ações afirmativas são formas delimitar a ascensão do negro na sociedade brasileira naturalizando a desigualdade e, dessa forma, impedindo sua emancipação.

A maioria da população entrevistada se posiciona contra esse direito fundamental garantido democraticamente pela Lei 12.711 de 2012, e reproduz discursos da classe dominante que visa manter o racismo presentes nas narrativas do cotidiano, impregnadas como raízes na cultura do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Círculo de Cultura* promovido em conjunto com os educandos do IFMG-GV e a E.E. Antônio Ferreira Lisboa Dias, que se tornou o GEJNGV, oportunizou o debate público, deu lugar e voz a juventude negra de debater, questionar, discordar, sugerir, e construir juntos um conhecimento da práxis de uma postura emancipatória diante o cenário da desigualdade, do racismo e da negação da presença estética do negro nos espaços sociais de prestígio como a universidade, e, portanto, de ascensão e transformação social. Contudo, não basta apenas ocupar o espaço, é preciso sobretudo mudar o espaço ocupado, ou seja, emancipar e contruir outros caminhos de emancipação para a sociedade em geral e não apenas para uma minoria.

Moacir Gadotti (2012), explica que a palavra “emancipar” vem de *ex-manus* de *ex-mancipium* (indica a ideia de "saída" ou de "retirada") e *manus* ("mão", simbolizando poder). Emancipar seria então "retirar a mão que agarra", “libertar, abrir mão de poderes”, significa "pôr fora de tutela". *Ex-manus* (fora-mão) significa “pôr forado alcance da mão”. Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: "tire a sua mão decima de mim!".

Segundo Paulo Freire (2005), a emancipação é, sobretudo, a superação da relação entre o *oprimido e o opressor*, **a liberdade, é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.**

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 40 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra.** Belo Horizonte: Educação em Revista, 2018, v. 34 (UFMG).

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória.** II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnologia. Democratização, emancipação e sustentabilidade. Florianópolis, 28 de maio a 1 de junho de 2012.

IBGE. **Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil.** Estudos e Pesquisas- Informações Demográficas e Socioeconômicas. IBGE: 2018, n-41.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades.** Revista De Antropologia, (1990): 33, 109-117.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias.** Revista PUCSP, Lutas Sociais, São Paulo, vol.19, n.34, p.100-113, jan./jun.2015.